

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

Edição nº 224

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Editais.....	2
Avisos.....	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contrato e convênios.....	3
Editais.....	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
---------------	---



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 224

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

EDITAL Nº 68/2009 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 03/2009, em que investigado Alexsander Ayala.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2009.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

EDITAL Nº 69/2009 – PGJ

De ordem, ficam cientificados os interessados, na forma do § 2º do art. 16 do Provimento nº 26/2008, que a Promotoria de Justiça Cível de Santa Cruz do Sul promoveu o arquivamento do Inquérito Civil nº 02/2009, em que investigados Alexander Ayala e Aداوري Gonçalves Nagildo.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2009.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 67/2009 - PGJ

Científico, na forma do art. 14 do Provimento nº 33/2008, que a Exma. Sra. Procuradora-Geral de Justiça proferiu despacho autorizando o **AFASTAMENTO** dos seguintes Membros do Ministério Público:

- Dr. NEIDEMAR JOSÉ FACHINETTO, Promotor de Justiça, para, nos dias 06 e 07 de julho de 2009, participar de Oficina da Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude, na cidade de São Paulo - SP, sem ônus para o Estado e sem prejuízo das funções normais (PR.00001.01763/2009-0).

- Dra. TÊMIS LIMBERGER, Promotora de Justiça, para, nos dias 02 e 03 de julho de 2009, participar do XVIII Encontro Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito - CONPEDI, na cidade de Maringá - PR, sem ônus para o Estado e sem prejuízo das funções normais (PR.00001.01814/2009-1).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 26 de junho de 2009.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM Nº 304/2009

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 10/06/2009, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", GUNAR DELLA COSTA DE CASTRO, tendo entrado em exercício em 29/06/2009.

- habilitado para tomar posse, a contar de 29/05/2009, no cargo de Técnico Superior de Informática, classe "R", DAX BARRETO BOGO, tendo entrado em exercício em 29/06/2009.

- habilitado para tomar posse, a contar de 26/06/2009, no cargo de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, FERNANDO VELHO PERNA, tendo entrado em exercício em 26/06/2009.

- habilitada para tomar posse, a contar de 29/06/2009, no cargo de Assessor Especial II, CC-05, LAURA MENEZES BINS, tendo entrado em exercício em 29/06/2009.

RETIFICAR

- a Portaria nº 1951/2009, que exonerou a servidora KERINE NASCIMENTO TENÓRIO HASLER, matrícula nº 1497 1410, do cargo de Agente Administrativo, para constar que a exoneração se deu a contar de 01 de junho de 2009, e não como constou (Port. 1996/09).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

BOLETIM Nº 305/2009

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

REVOGAR

- a Portaria nº 2880/2008, que nomeou o Dr. MAURO HENRIQUE RENNEN, Procurador-Geral de Justiça, como representante do Ministério Público perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda, e os servidores PAULO EDUARDO VANCONCELOS FLORES, matrícula nº 1292 7627, e/ou ENIO SACCOL DE CARVALHO JUNIOR, matrícula nº 1294 1727, e/ou JOSÉ LUIZ DA SILVA ARAÚJO, matrícula nº 1495 2726, e/ou JOSÉ CLÁUDIO FIALHO DE SOUZA, matrícula nº 3441 0996, para desenvolverem atividades de acompanhamento das pendências da Procuradoria-Geral de Justiça, CGC 93.802.833/0001-57, junto ao Cadastro de Inadimplentes – CADIN FEDERAL, bem como autorizou os mesmos a solicitar informações e requerer cópias de documentos e certidões relativas a esta Procuradoria (Port. 1971/09).



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 224

NOMEAR

- a Dra. SIMONE MARIANO DA ROCHA, Procuradora-Geral de Justiça, como representante do Ministério Público perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil – Ministério da Fazenda, e os servidores ALLAN RICARDO WOLF MACHADO, matrícula nº 1406 4359, e/ou ENIO SACOOL DE CARVALHO JUNIOR, matrícula nº 1294 1727, e/ou JOSÉ LUIZ DA SILVA ARAÚJO, matrícula nº 1495 2726, e/ou JOSÉ CLÁUDIO FILHO DE SOUZA, matrícula nº 3441 0996, para desenvolverem atividades de acompanhamento das pendências da Procuradoria-Geral de Justiça, CGC 93.802.833/0001-57, junto ao Cadastro de Inadimplentes – CADIN FEDERAL, bem como AUTORIZA os mesmos a solicitar informações e requerer cópias de documentos e certidões relativas a esta Procuradoria (Port. 1972/09).

DECLARAR

- a contar de 01 de julho de 2009, tendo em vista o que consta no Processo nº PR.00033.00795/2009-5, a perda de classificação da Promotora de Justiça Dra. ANA ADELAIDE BRASIL SÁ CAYE, no cargo de 2º Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Soledade (Port. 2003/09).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

BENHUR BIANCON JUNIOR,
Chefe de Gabinete.

SÚMULA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE COMPRA E VENDA PROCESSO Nº 003000-09.00/09-7

CONTRATADA: TENSEG SECURITY COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA; **OBJETO:** acréscimo de equipamentos e serviços; Valor total: R\$ 2.331,00; Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA PROCESSO Nº 003527-09.00/09-0 PREGÃO Nº 17/09

CONTRATADA: SULFLEX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA; Objeto: aquisição de 67 cadeiras para auditório; Valor total: R\$ 11.557,50; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal nº 8.666/93, e Provimentos nº 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROCESSO Nº 2990-09.00/08-1

CONTRATADAS: BRONDANI- AUTO PEÇAS LTDA; **OBJETO:** prorrogar o prazo da prestação de serviços, por mais 90 dias, reajustar o valor da hora trabalhada para R\$ 36,27, e o valor mensal das peças para R\$ 5.769,42, e BROZAUTO VEÍCULOS E PEÇAS LTDA., prorrogar o prazo da prestação de serviços, por mais 12 meses, reajustar o valor da hora trabalhada para R\$ 36,79, e o valor mensal das peças para R\$ 2.682,38; Fundamento Legal: Lei Federal nº 8.666/93.

Porto Alegre, 29/06/09.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

SÚMULA DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OBRAS DE ENGENHARIA PROCESSO Nº 3466-09.00/08-9

CONTRATADA: CARLOS LANG ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.; **OBJETO:** prorrogação do prazo de execução da obra por mais 30 (trinta) dias e desdobramento do pagamento correspondente da última parcela do cronograma físico-financeiro, em 02 (duas); **FUNDAMENTO LEGAL:** Art. 57, § 1º, da Lei 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

APOSTILA PROCESSO Nº 006004-09.00/05-7

A **DIRETORA-GERAL** da Procuradoria-Geral de Justiça, órgão administrativo do Ministério Público/RS, no uso de suas atribuições, resolve apostilar o expediente em epígrafe, para fazer constar que o contrato de Prestação de Serviços- AJDG nº 43/05, será reajustado, aplicando-se a variação dos últimos 12 meses do IGP-M, no percentual de 3,64%, passando a vigorar o valor de R\$ 113,03;

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2009.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.



EDITAL Nº 244/2009
Resultado do Edital nº 235/2009
REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que, tendo em vista o que consta do PR.00576.00570/2009-5, se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) o resultado da remoção referente ao Edital nº 235/2009.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 245/2009
REMOÇÃO DE ACESSOR
BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 246/2009
REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE
PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento nº 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 007/2009 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou as seguintes Portarias:

1) Inquérito Civil Público nº 00728.00036/2006 – instaurado pela Promotora de Justiça Giani Pohlmann Saad, da Promotoria de Justiça de Cachoeira do Sul, em 24 de novembro de 2006, tendo por finalidade promover a criação de Conselhos Municipais dos Portadores de Necessidades Especiais, bem como a elaboração de mudança curricular na formação de professores das redes municipais e estaduais de ensino, trabalhar junto aos Executivos Municipais e Câmaras de Vereadores do Município de Cachoeira do Sul, Cerro Branco e Novo Cabrais a questão da acessibilidade dos portadores de necessidades especiais.

2) Inquérito Civil Público nº 01220.00003/09 – instaurado pela Promotora de Justiça Danielle Bolzan Teixeira, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, em 22 de maio de 2009, tendo por finalidade investigar a ocorrência de eventual lesão ao direito do idoso na entidade de atendimento de longa permanência L. V. A. G, visando à adequação do estabelecimento ao Estatuto do Idoso e à Política Nacional do Idoso.

3) Inquérito Civil Público nº 00742.00025/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça de Carazinho, em 13 de abril de 2009, tendo por finalidade investigar irregularidades na destinação do esgoto cloacal do Presídio de Carazinho, haja vista o perigo de dano à saúde pública, bem como as condições de segurança e higiene nas instalações prediais.

4) Inquérito Civil Público nº 00742.00027/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Clarissa Ammélia Simões Machado, da Promotoria de Justiça de Carazinho, em 26 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades no funcionamento do SUS nos Municípios da Comarca de Carazinho, a título de garantir toda a informação devida aos usuários, em especial o modo como proceder nos casos de omissão ou abuso de gestor público.

5) Inquérito Civil Público nº 00748.00098/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 30 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar interrupção no fornecimento de dieta líquida oral enteral hipercalórica s/lac/250ml (Resource Plus) e negativa de fornecimento de dieta líquida oral/enteral hipercalórica (Hiper Diet Energy Plus) 1,5 cal., pelo Estado do Rio Grande do Sul.

6) Inquérito Civil Público nº 00748.00099/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 30 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar apropriação de valores de alugue-



Diário eletrônico
Ministério Público
Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de junho de 2009.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 224

res de imóvel pertencente a pessoa portadora de deficiência mental, por A. V.

7) Inquérito Civil Público nº 00748.00100/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 30 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar abrigamento de duas pessoas portadoras de deficiência mental, com necessidade de cuidados contínuos, em instituição que possa lhe dispensar esses cuidados, idosa e outra.

8) Inquérito Civil Público nº 00748.00101/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Rocha de Porchetto, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 30 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar espera excessiva para tratamento no Hospital de Clínicas de Porto Alegre/RS por paciente portadora da doença Machado Joseph.

9) Inquérito Civil Público nº 00950.00009/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Márcia Regina Nunes Villanova, da Promotoria de Justiça de Charqueadas, em 08 de junho de 2009, tendo por finalidade eventual cobrança de serviços pelo SUS, decorrente de medicação à Sra. S.J.J., quando da sua internação no Hospital de Charqueadas, conforme relatório de Auditoria Médica nº 1229/2008 da Secretaria da Saúde do Estado do RS.

10) Inquérito Civil Público nº 00754.00004/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Sandro Loureiro Marones, da Promotoria de Justiça de Cruz Alta, em 22 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar a ocorrência de possíveis irregularidades na realização de exames de hemodiálise, na Clínica Renal H. S. L.

11) Inquérito Civil Público nº 00761.00005/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Brenusa Marquardt Corleta, da Promotoria de Justiça de Encruzilhada do Sul, em 17 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar deficiência no atendimento médico por parte da profissional S.M.L., causando sequelas em diversas pacientes, inclusive levando a óbito uma delas.

12) Inquérito Civil Público nº 00763.00001/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Augusto de Azambuja Mattos, da Promotoria de Justiça de Erechim, em 25 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar a adequação e suficiência dos procedimentos e medidas levados a efeito pelo Município de Aratiba/RS, a fim de garantir a potabilidade da água dos poços artesianos existentes em seu território.

13) Inquérito Civil Público nº 00763.00015/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça Rodrigo Augusto de Azambuja Mattos, da Promotoria de Justiça de Erechim, em 25 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar eventual irregularidade no Sistema Único de Saúde, evidenciada pela ausência de realização de cirurgia de urgência em paciente atendido na F. H. S. T., no Município de Erechim.

14) Inquérito Civil Público nº 00768.00052/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 05 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a situação dos idosos residentes no Lar S. B., em especial se são cumpridos os dispositivos do Estatuto do Idoso.

15) Inquérito Civil Público nº 00768.00053/2009 – instaurado

pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 05 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a situação dos idosos residentes no Lar dos Idosos E., em especial se são cumpridos os dispositivos do Estatuto do Idoso.

16) Inquérito Civil Público nº 00768.00056/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a falta de acessibilidade universal no prédio do Foro da Comarca de Esteio, localizado na Rua Dom Pedro, 200, Centro.

17) Inquérito Civil Público nº 00768.00057/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a falta de acessibilidade universal no prédio da Escola Estadual de Ensino Médio B.V.M., localizado na em Esteio, bem como no passeio público existente no seu terreno.

18) Inquérito Civil Público nº 00768.00058/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a falta de acessibilidade universal no prédio do Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER), localizado na Av. Padre Claret, 1453, Esteio, bem como no passeio público existente em seu terreno.

19) Inquérito Civil Público nº 00768.00059/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a falta de acessibilidade universal no prédio do Clube A., de Esteio.

20) Inquérito Civil Público nº 00768.00060/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a falta de acessibilidade universal no prédio do Registro de Imóveis, Civil das Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos da Comarca de Esteio, localizado na Rua Vinte e Quatro de Agosto, 228, bem como no passeio público existente em seu terreno.

21) Inquérito Civil Público nº 00768.00061/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a falta de acessibilidade universal no prédio do Tabelionato de Notas e Registro Civil da Comarca de Esteio, localizado na Rua Santo Amaro, 97, Centro.

22) Inquérito Civil Público nº 00768.00062/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça André Baptista Caruso MacDonald, da Promotoria de Justiça de Esteio, em 15 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar a falta de acessibilidade universal em prédios privados comerciais e outros com grande circulação de pessoas e em passeios públicos no Município de Esteio, bem como a falta de fiscalização do Poder Público.

23) Peças de Informação nº 00772.00006/2009- averiguar a implantação da Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e da Estratégia de Saúde da Família (ESF) nos municípios que compõem a Comarca de Faxinal do Soturno, de forma suficiente para cobertura mínima de 70% da população



total do município, conforme Parecer 01/09 do CAO/Direitos Humanos e Política de Atenção Básica (Portaria GM nº 648-/2006).

24) Inquérito Civil Público nº 00784.00005/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 15 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar existência de comunidade terapêutica sem licença para funcionamento – no Centro Terapêutico N.G.

25) Inquérito Civil Público nº 00784.00006/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 07 de maio de 2009, tendo por finalidade apurar a insuficiência do quadro de agentes comunitários de saúde e equipes de saúde da família no município de Gravataí.

26) Inquérito Civil Público nº 00784.00007/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 07 de maio de 2009, tendo por finalidade apurar a insuficiência do quadro de agentes comunitários de saúde e equipes de saúde da família no município de Glorinha.

27) Inquérito Civil Público nº 00784.00008/2008 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Regina Menegat, da Promotoria de Justiça de Gravataí, em 05 de maio de 2009, tendo por finalidade apurar irregularidades – ausência de alvará sanitário e inadequação às exigências legais – na Casa Asilar R. I. B. S., de propriedade I. S. M.

28) Inquérito Civil Público nº 00786.00005/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Müller Monteiro, da Promotoria de Justiça de Guaíba, em 07 de abril de 2009, tendo por finalidade promover diligências investigatórias acerca de eventual prática abusiva por atuação de funerária nas dependências do Hospital Nossa Senhora do Livramento.

29) Inquérito Civil Público nº 00786.00006/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Gisele Müller Monteiro, da Promotoria de Justiça de Guaíba, em 07 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar eventuais irregularidades no Asilo Renascer, em Guaíba.

30) Inquérito Civil Público nº 00792.00010/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marisaura Inês Raber Fior, da Promotoria de Justiça de Ibirubá, em 04 de maio de 2009, tendo por finalidade apurar ocorrência de eventual negativa de atendimento pelo SUS, face a falta de AIH, e cobrança particular no atendimento médico e hospitalar, no Hospital A. D., acarretando ofensa a direitos do cidadão e tratamento desigual dos usuários.

31) Inquérito Civil Público nº 00801.00033/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, em 03 de junho de 2009, tendo por finalidade buscar providências no sentido de implantar ações que possibilitem a acessibilidade das pessoas com deficiência nos Municípios da Comarca de Lagoa Vermelha (Capão Bonito do Sul/RS).

32) Inquérito Civil Público nº 00801.00034/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, em 03 de junho de 2009, tendo por finalidade buscar providências no sentido de implan-

tar ações que possibilitem a acessibilidade das pessoas com deficiência nos Municípios da Comarca de Lagoa Vermelha (Caseiros/RS).

33) Inquérito Civil Público nº 00801.00035/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, em 03 de junho de 2009, tendo por finalidade buscar providências no sentido de implantar ações que possibilitem a acessibilidade das pessoas com deficiência nos Municípios da Comarca de Lagoa Vermelha (Ibiraiaras/RS).

34) Inquérito Civil Público nº 00801.00036/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, em 03 de junho de 2009, tendo por finalidade buscar providências no sentido de implantar ações que possibilitem a acessibilidade das pessoas com deficiência nos Municípios da Comarca de Lagoa Vermelha (Lagoa Vermelha/RS).

35) Inquérito Civil Público nº 00801.00037/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Paula Bittencourt Orsi, da Promotoria de Justiça de Lagoa Vermelha, em 03 de junho de 2009, tendo por finalidade buscar providências no sentido de implantar ações que possibilitem a acessibilidade das pessoas com deficiência nos Municípios da Comarca de Lagoa Vermelha (Muliterno/RS).

36) Inquérito Civil Público nº 00806.00005/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, em 05 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar a disponibilidade e a agilidade no fornecimento de leitos hospitalares para pacientes atendidos pelo Sistema Único de Saúde que necessitam de tratamento especializado em CTI, pelo Município de Marau, no exercício financeiro de 2008.

37) Inquérito Civil Público nº IC.00810.00019/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Márcio Rogério de Oliveira Bressan, da Promotoria de Justiça de Não-Me-Toque, em 29 de maio de 2009, tendo por finalidade investigar eventual omissão do Município de Victor Graeff na manutenção das condições físicas e de pessoal do Hospital Municipal de Victor Graeff, RS.

38) Inquérito Civil Público nº 00815.00024/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Juliana Maria Giongo, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, em 08 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar eventuais irregularidades nos serviços prestados pela SAMU.

39) Inquérito Civil Público nº 00815.00025/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Juliana Maria Giongo, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, em 08 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar eventuais irregularidades na concessão de passagens gratuitas aos idosos no posto da Empresa Penha, situado em Novo Hamburgo/RS.

40) Inquérito Civil Público nº 00815.00028/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Juliana Maria Giongo, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, em 20 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar eventual ocorrência de cumulação indevida de cargos públicos no Município de Novo Hamburgo e delito de nepotismo praticado pelo Vereador V. C., que pos-



sa, em tese, configurar improbidade administrativa.

41) Inquérito Civil Público nº 00815.00031/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Juliana Maria Giongo, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, em 24 de abril de 2009, tendo por finalidade verificar a adequação do Projeto de Lei n.º 26/15L/2009 aos ditames constitucionais referentes à Saúde Pública.

42) Inquérito Civil Público nº 00815.00033/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Juliana Maria Giongo, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, em 12 de maio de 2009, tendo por finalidade promover a coleta de informações, depoimentos, certidões e demais diligências indispensáveis à instrução da causa sobre eventual ofensa aos direitos de moradores de rua do terminal turístico de Novo Hamburgo, praticada pelo Secretário Municipal da SEDETUR.

43) Inquérito Civil Público nº 01211.00005/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 14 de maio de 2009, tendo por finalidade averiguar inadequação das calçadas e passeios públicos às normas de acessibilidade previstas na Lei Federal nº 10.098/00 e Decreto nº 5.296/04.

44) Inquérito Civil Público nº 01211.00006/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 26 de maio de 2009, tendo por finalidade apurar inadequação dos prédios das escolas públicas estaduais sediadas no Município de Osório às normas de acessibilidade.

45) Inquérito Civil Público nº 01211.00007/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 01 de junho de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E. M. E. F. N. R.).

46) Inquérito Civil Público nº 01211.00008/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 01 de junho de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (I. E. C. M. H.).

47) Inquérito Civil Público nº 01211.00009/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 01 de junho de 2009, tendo por finalidade verificar as condições de acessibilidade das pessoas com necessidades especiais à escola investigada (E. A. E. F. O.).

48) Inquérito Civil Público nº 00827.00005/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Rudimar Tonini Soares, da Promotoria de Justiça de Pinheiro Machado, em 17 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar ações para efetivação dos direitos fundamentais das pessoas portadoras de necessidades especiais.

49) Inquérito Civil Público nº 00943.00021/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, em 08 de outubro de 2008, tendo por finalidade falta de unidade básica de saúde pelo Município de Capela de Santana/RS no ano de 2008.

50) Inquérito Civil Público nº 01128.00026/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Antônio Portela, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 08 de abril de 2009, tendo por finalidade investigar eventual falta de acessibilidade às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida nas calçadas da Rua José Sobral, nesta Capital.

51) Inquérito Civil Público nº 01128.00027/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 09 de abril de 2009, tendo por finalidade averiguar atos atentatórios à dignidade de religiosas idosas, incluso discriminação, pertencentes à Congregação I. M. J. C., ligada ao Vaticano, perpetrados pela direção regional, localizada na Cidade de Porto Alegre, que estariam a causar-lhes danos psíquicos, morais e emocionais, em ofensa aos ditames da Lei nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), inclusive ao preceituado no artigo 10 da referida.

52) Peças de Informação nº 01128.00028/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 13 de abril de 2009, tendo por finalidade investigar eventuais irregularidades praticadas pela Empresa H. P. no que diz respeito à concessão de descontos para idosos nos eventos culturais por ela promovidos.

53) Inquérito Civil Público nº 01128.00033/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Antônio Portela, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 20 de abril de 2009, tendo por finalidade averiguar o cumprimento da Lei Municipal n.º 10.298/07, a qual obriga as instituições bancárias que mantêm caixas eletrônicos a adaptá-los de modo a permitir seu acesso e uso por portadores de deficiência físico-motora e dá outras providências, pelos Bancos estabelecidos nesta Capital.

54) Inquérito Civil Público nº 01128.00035/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 23 de março de 2009, tendo por finalidade averiguar eventuais irregularidades no atendimento e na concessão do cartão 'TEU' aos idosos desta Capital.

55) Inquérito Civil Público nº 01128.00036/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luis Antônio Portela, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 28 de abril de 2009, tendo por finalidade averiguar eventuais irregularidades no Concurso Público para o Provimento de Cargos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares da Procuradoria-Geral do Estado no que tange ao preenchimento de vagas pelos candidatos com deficiência que foram aprovados.

56) Inquérito Civil Público nº 01128.00037/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 31 de março de 2009, tendo por finalidade investigar potencial dano coletivo ou difuso dos direitos humanos pela inviabilização do trabalho do Conselho Estadual de Desenvolvimento da Comunidade Negro-CODENE, pela Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social



do Rio Grande do Sul.

57) Inquérito Civil Público nº 01128.00039/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 08 de maio de 2009, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades em procedimentos de transplantes de órgãos por equipe do Hospital Dom Vicente Scherer.

58) Inquérito Civil Público nº 01128.00042/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 25 de março de 2009, tendo por finalidade investigar potencial dano coletivo ou difuso em razão do teor da Portaria n.º 239/2003 do DETRAN, que implanta, em âmbito estadual, o Sistema eletrônico de controle de inserção e baixa de gravames, denominado Sistema Nacional de Gravames – SNG.

59) Inquérito Civil Público nº 01128.00043/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 14 de maio de 2009, tendo por finalidade investigar o cumprimento das Recomendações expedidas pelo DENASUS, na Auditoria nº 3910/2006.

60) Inquérito Civil Público nº 01128.00045/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 14 de maio de 2009, tendo por finalidade averiguar a concessão do Cartão TRI escolar junto à EPTC para aqueles alunos cujos cursos estão ao abrigo do inciso III do artigo 44 da Lei n.º 9.394/96.

61) Inquérito Civil Público nº 01128.00046/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 31 de março de 2009, tendo por finalidade investigar a ocorrência de discriminação racial e acusação de estar alcoolizado por funcionários do Abrigo Marlene, em Porto Alegre.

62) Inquérito Civil Público nº 01128.00047/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 25 de março de 2009, tendo por finalidade averiguar possível discriminação ocorrida em razão de livre orientação sexual, na data de 02/04/2008, durante a realização de curso de capacitação profissional promovido pelo Fórum das ONGS/Aids, desde agosto de 2007, nas dependências da Unidade do Posto IAPI, nesta Capital.

63) Inquérito Civil Público nº 01128.00050/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 19 de maio de 2009, tendo por finalidade averiguar o atendimento prestado aos idosos, bem como a acessibilidade urbanística e/ou arquitetônica no prédio em que está instalada a Seção da UCCA – Cível da Defensoria Pública Estadual.

64) Inquérito Civil Público nº 01128.00051/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de

Porto Alegre, em 20 de maio de 2009, tendo por finalidade apurar eventual prática de discriminação racial, por parte de policiais militares, quando da abordagem a Sra. Berenice Catarina Santos da Luz, ocorrida em 12 de janeiro de 2009, nesta Capital.

65) Peças de Informação nº 01128.00052/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 20 de maio de 2009, tendo por finalidade averiguar eventual prática de discriminação, quando da tentativa de doação de sangue por cidadão, no Hospital S. L. P.

66) Inquérito Civil Público nº 01128.00053/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 20 de maio de 2009, tendo por finalidade averiguar notícia de que em publicação da Revista V. estaria sendo incitada e promovida a violência contra os homossexuais.

67) Inquérito Civil Público nº 01128.00054/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 20 de maio de 2009, tendo por finalidade a verificação de irregularidades no Residencial Jardim Ipê, inclusive deficiência ou ausência de serviços básicos como saneamento, fornecimento de água, energia elétrica e recolhimento regular de lixo.

68) Inquérito Civil Público nº 01128.00057/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 20 de maio de 2009, tendo por finalidade a averiguação de política pública destinada à segurança alimentar indígena, sob os aspectos de existência, suficiência e efetividade.

69) Inquérito Civil Público nº 01128.00058/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 20 de maio de 2009, tendo por finalidade investigar o atendimento dispensado à paciente A.F.C. pelo Hospital S.R., de Porto Alegre.

70) Inquérito Civil Público nº 01128.00059/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de maio de 2009, tendo por finalidade averiguar a falta assistente técnico responsável inscrito no CRFRS durante o horário de funcionamento da DIMED.

71) Inquérito Civil Público nº 01128.00063/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 26 de maio de 2009, tendo por finalidade apurar a falta de cumprimento da Lei Municipal nº 10.397/2008, que obriga, nas fachadas externas no nível térreo e nas divisórias internas das agências e nos postos de serviço bancários no mesmo piso, no Município de Porto Alegre, a instalação de vidros laminados resistentes a impactos e a disparos de armas de fogo e dá outras providências.

72) Inquérito Civil Público nº 01128.00068/2009 – instaurado



pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 1º de junho de 2009, tendo por finalidade averiguar sobre a não-concessão de isenção de IPVA e ICMS pela Secretaria Estadual da Fazenda na aquisição de veículos por pessoas portadoras de deficiência.

73) Inquérito Civil Público nº 01128.00069/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 1º de junho de 2009, tendo por finalidade averiguar o critério de concessão de isenção do ICMS pela Secretaria Estadual da Fazenda na aquisição de veículo por pessoas portadoras de deficiência.

74) Inquérito Civil Público nº 01128.00070/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 29 de maio de 2009, tendo por finalidade averiguar a aplicação dos recursos financeiros recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, pelo Estado do Rio Grande do Sul, à conta do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, pelo Município de Porto Alegre.

75) Inquérito Civil Público nº 01128.00072/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 03 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar as condições de infra-estrutura das unidades de saúde de Porto Alegre.

76) Inquérito Civil Público nº 01128.00073/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Marinês Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 08 de junho de 2009, tendo por finalidade investigar eventual falta das fitas de medição de glicose junto ao Município.

77) Inquérito Civil Público nº 01128.00076/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Miriam Villamil Balestro Floriano, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 25 de maio de 2009, tendo por finalidade averiguar eventual irregularidade em contrato de seguro firmado por idosa.

78) Inquérito Civil Público nº 01128.00077/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 08 de junho de 2009, tendo por finalidade apurar sobre a ausência de reserva de vagas para deficientes no cargo de fisioterapeuta previsto no Concurso Público para Provimento de Cargos Efetivos da Administração Centralizada e Descentralizada do Município de Porto Alegre (Edital n.º 159/2008).

79) Peças de Informação nº 01217.00001/2009 – instauradas pela Promotora de Justiça Cynthia Feyh Jappur, da Promotoria de Justiça de Promotoria de Justiça de Controle e de Execução Criminal de Porto Alegre, em 11 de maio de 2009, tendo por finalidade investigar acerca do andamento do projeto "Pintando a Liberdade".

80) Inquérito Civil Público nº 00856.00004/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, da Promotoria de Justiça de Rosário do Sul, em 15 de maio de 2009,

tendo por finalidade verificar a possível utilização de furadeiras domésticas em procedimentos cirúrgicos realizados no Hospital de Caridade Nossa Senhora Auxiliadora no Município de Rosário do Sul.

81) Inquérito Civil Público nº 00862.00031/2008 – instaurado pela Promotora de Justiça Nádia Baron Ricachenevsky, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 15 de dezembro de 2008, tendo por finalidade apurar suposta deficiência na distribuição de medicamentos pela prefeitura de Gramado Xavier.

82) Inquérito Civil Público nº 00862.00005/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa Saldanha de Vargas, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 29 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar irregularidades na entidade de atendimento ao idoso C. R. S. P., em Santa Cruz do Sul.

83) Inquérito Civil Público nº 00862.00006/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Vanessa Saldanha de Vargas, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 25 de maio de 2009, tendo por finalidade apurar eventual discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

84) Inquérito Civil Público nº 00861.00020/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Nádia Baron Ricachenevsky, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, em 25 de maio de 2009, tendo por finalidade apurar notícia de eventuais riscos à saúde em razão do depósito de lixo na Rua Gaspar Bartolomay, ao lado do n.º 502, causando acúmulo de insetos e ratos, prejudicando a qualidade de vida dos moradores do entorno.

85) Inquérito Civil Público nº 00870.00005/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Daniela Silveira Timm, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, em 16 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar a ausência de plantões da Defensoria Pública no município.

86) Inquérito Civil Público nº 01223.00003/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, em 17 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar possível contratação temporária ou terceirizada de servidores ou a "efetivação" de contratados como servidores estatutários integrantes das Equipes de Saúde da Família – ESFs – e de Agentes Comunitários de Saúde, burlando a exigência constitucional do concurso público e do processo seletivo público, bem como apurar o atendimento da Política de Atenção Básica da Saúde no tocante à suficiência de agentes comunitários da saúde.

87) Inquérito Civil Público nº 01223.00004/2009 – Instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, em 17 de abril de 2009, com o objetivo de apurar possível contratação temporária ou terceirizada de servidores ou a "efetivação" de contratados como servidores estatutários integrantes das Equipes de Saúde da Família – ESFs – e de Agentes Comunitários de Saúde, burlando a exigência constitucional do concurso público e do processo seletivo público, bem como apurar o atendimento da Política de Atenção Básica da Saúde no tocante à suficiência de agentes comunitários da saúde do município de Unistalda.



88) Inquérito Civil Público nº 01223.00005/2009 – Instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, em 17 de abril de 2009, com o objetivo de apurar possível contratação temporária ou terceirizada de servidores ou a “efetivação” de contratados como servidores estatutários integrantes das Equipes de Saúde da Família – ESFs – e de Agentes Comunitários de Saúde, burlando a exigência constitucional do concurso público e do processo seletivo público, bem como apurar o atendimento da Política de Atenção Básica da Saúde no tocante à suficiência de agentes comunitários da saúde do município de Itacurubi.

89) Inquérito Civil Público nº 01223.00006/2009 – Instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Cozza Bruno, da Promotoria de Justiça de Santiago, em 17 de abril de 2009, com o objetivo de apurar possível contratação temporária ou terceirizada de servidores ou a “efetivação” de contratados como servidores estatutários integrantes das Equipes de Saúde da Família – ESFs – e de Agentes Comunitários de Saúde, burlando a exigência constitucional do concurso público e do processo seletivo público, bem como apurar o atendimento da Política de Atenção Básica da Saúde no tocante à suficiência de agentes comunitários da saúde do município de Capão do Cipó.

90) Inquérito Civil Público nº 00881.00009/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco de Assis, em 25 de maio de 2009, tendo por finalidade verificar a existência de informação aos consumidores acerca da gratuidade dos serviços de saúde, nos termos dos artigos 196 e 197 da Constituição Federal, junto ao Hospital Santo Antônio, município de São Francisco de Assis - RS.

91) Inquérito Civil Público nº 00888.00035/2008 – instaurado pelo Promotor de Justiça Everton Luís Resmini Meneses, da Promotoria de Justiça de São José do Norte, em 08 de abril de 2009, tendo por finalidade averiguar irregularidades no transporte municipal de idosos, pela empresa concessionária.

Inquérito Civil Público nº 00891.00010/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 06 de maio de 2009, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades na Farmácia L., em São Leopoldo.

92) Inquérito Civil Público nº 00891.00011/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 06 de maio de 2009, tendo por finalidade investigar possíveis irregularidades da casa asilar C. R., em São Leopoldo.

93) Inquérito Civil Público nº 00891.00012/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 20 de maio de 2009, tendo por finalidade investigar o possível risco à saúde pública, decorrente do mau cheiro e péssimas condições de higiene provenientes de residência no bairro Fião, em São Leopoldo.

94) Inquérito Civil Público nº 00891.00013/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 21 de maio de 2009,

tendo por finalidade fiscalizar as políticas públicas adotadas pelo município no combate e tratamento da tuberculose em São Leopoldo.

95) Inquérito Civil Público nº 00891.00014/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Débora Rezende Cardoso, da Promotoria de Justiça de São Leopoldo, em 21 de maio de 2009, tendo por finalidade fiscalizar a efetiva aplicação da Lei nº 11.664/08, a qual dispõe a efetivação de ações de saúde para tratamento do câncer do colo uterino e de mama em São Leopoldo.

96) Inquérito Civil Público nº 00901.00022/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, em 04 de junho de 2009, tendo por finalidade assegurar a concretização das políticas públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades no município de Nova Hartz/RS.

97) Inquérito Civil Público nº 00901.00023/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, em 04 de junho de 2009, tendo por finalidade assegurar a concretização das políticas públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades no município de Sapiranga/RS.

98) Inquérito Civil Público nº 00901.00024/2009 – instaurado pela Promotora de Justiça Mariana de Azambuja Pires, da Promotoria de Justiça de Sapiranga, em 04 de junho de 2009, tendo por finalidade assegurar a concretização das políticas públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência e Altas Habilidades no município de Araricá/RS.

99) Inquérito Civil Público nº 00913.00002/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Valdoir Bernardi de Farias, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, em 20 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar possível existência de irregularidades constatadas em auditoria do Tribunal de Contas do Estado, relativamente à contratação de mão-de-obra por intermédio da APAE

100) Inquérito Civil Público nº 00920.00004/2009 – instaurado pelo Promotor de Justiça Adoniran Lemos Almeida Filho, da Promotoria de Justiça de Tupanciretã, em 07 de abril de 2009, tendo por finalidade apurar ausência de instalações físicas para o funcionamento do Conselho Municipal do Idoso de Tupanciretã, o qual foi desalojado da sala que possuía na Prefeitura.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de junho de 2009.

FRANCESCO CONTI,

Promotor de Justiça, Coordenador do

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.